

GT 08 - Direito à Moradia, ATHIS e Regularização Fundiária em Disputa

## **DA CIDADE DE LONA À CIDADE SORRISO: CONFLITOS, DESCASO E O DIREITO À CIDADE EM DISPUTA**

Clarice Marina Santos Maceno<sup>1</sup>  
Marianne Caroline de Lima Muniz<sup>2</sup>  
Débora de Barros Cavalcanti Fonseca<sup>3</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

A complexidade das dinâmicas socioespaciais, decorrente do processo de urbanização e do desenvolvimento capitalista, é refletida em um ciclo de exclusão social que delimita territórios de concentração de pobreza (Maricato, 2000). Neste sentido, a cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, apresenta territórios espacialmente segregados, distantes das áreas turísticas e mais valorizadas da cidade, marcados por desigualdades socioeconômicas e de acessos a recursos e direitos.

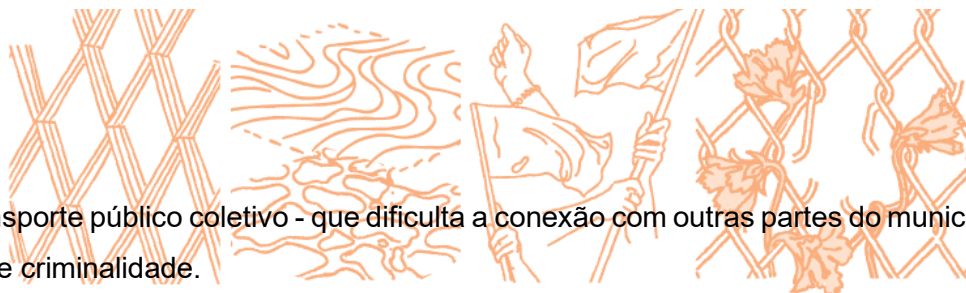
Um desses territórios é o Conjunto Habitacional Cidade Sorriso I, localizado no bairro Benedito Bentes, a aproximadamente 25 km do Centro da cidade. O conjunto, inaugurado em 2009, foi construído para a realocação de parte da população da antiga Favela Cidade de Lona, localizada no bairro Cidade Universitária, impondo à população um deslocamento de cerca de 8 km. No entanto, apesar do acesso à moradia, a população enfrenta desafios significativos, tais como a degradação e a falta de conservação dos espaços públicos, a ausência de espaços de lazer, a

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, [clarice.maceno@gmail.com](mailto:clarice.maceno@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, [marianne.muniz@fau.ufal.br](mailto:marianne.muniz@fau.ufal.br).

<sup>3</sup> Doutora em Planejamento Urbano, Universidade Federal de Alagoas, Professora Adjunta, [debora.cavalcanti@fau.ufal.br](mailto:debora.cavalcanti@fau.ufal.br).



irregularidade no transporte público coletivo - que dificulta a conexão com outras partes do município - e os altos índices de criminalidade.

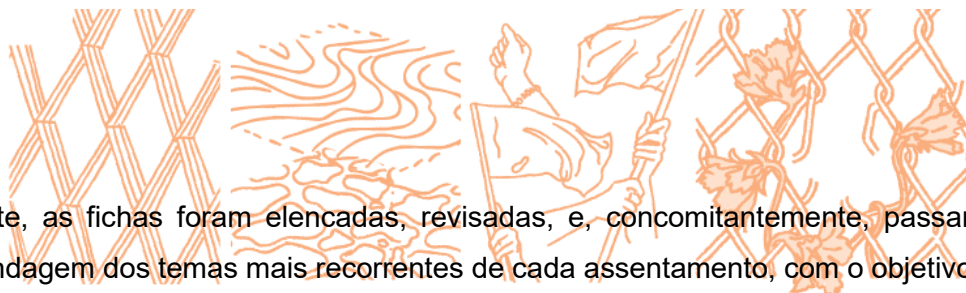
Assim, esse trabalho objetiva investigar as dinâmicas socioespaciais e a realidade da população que migra da Cidade de Lona para a Cidade Sorriso, para revelar, através da análise de histórias de vida, o ciclo de negação do direito à cidade a que essa população está sujeita.

## **2. METODOLOGIA**

Cavalcanti (2010), em sua tese "Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil", explora uma abordagem qualitativa, relacionando a pobreza à ação estatal, para compreender como a luta pela cidade é moldada pela ausência e intervenção ineficaz do Estado, em suas diversas instâncias. Para isso, a autora utiliza como metodologia as histórias de vida de 75 moradores de três assentamentos precários da cidade de Maceió - o Conjunto Habitacional Denisson Menezes, a Favela Vila Emater II e a Favela Cidade de Lona, posteriormente realocada para o Conjunto Habitacional Cidade Sorriso I.

O presente trabalho tem como ponto de partida os princípios, estudos e metodologias realizados por Cavalcanti, sendo resultado de ciclos de pesquisa de iniciação científica - que iniciaram em 2016 e prosseguiram até o ano de 2024, com a realização de um novo ciclo de entrevistas. Esse novo ciclo, realizado entre os anos de 2018 e 2023, permitiu observar as mudanças socioespaciais dos territórios da pobreza ao entrevistar os mesmos moradores da pesquisa original, abordando a realidade dos assentamentos estudados com o passar dos anos, a trajetória de vida dos seus moradores, a eficiência das políticas públicas implementadas, em uma escala macro, e seu impacto no micro espaço das comunidades.

As histórias de vida passaram por um processo de análise e transcrição, para, posteriormente, alcançarem a etapa de fichamento por meio das Fichas de Estudo Temporal, construídas com o propósito de confrontar os cenários vividos pelos moradores na primeira (2003) e segunda (2018-2023) fase de entrevistas. Assim, as fichas abarcavam os dados dos moradores, suas origens, deslocamentos, perspectivas para o futuro, pontos de reflexão e destaques das histórias de vida apresentadas, expondo lado a lado as realidades dos entrevistados nos dois momentos, e ressaltando os temas mais importantes mencionados em cada história.



Posteriormente, as fichas foram elencadas, revisadas, e, concomitantemente, passaram pelo processo de sondagem dos temas mais recorrentes de cada assentamento, com o objetivo de sintetizar o estudo, e construir uma base sistematizada em gráficos e quadros com o levantamento desses temas. Essa sondagem ocorreu de forma qualitativa: através do destaque não apenas dos temas mencionados diretamente pelos moradores, mas também dos temas secundários, que perpassam as histórias ao longo do tempo; e do quantitativo da ocorrência dos temas por assentamento, considerando que uma história de vida abrange mais de um tema.

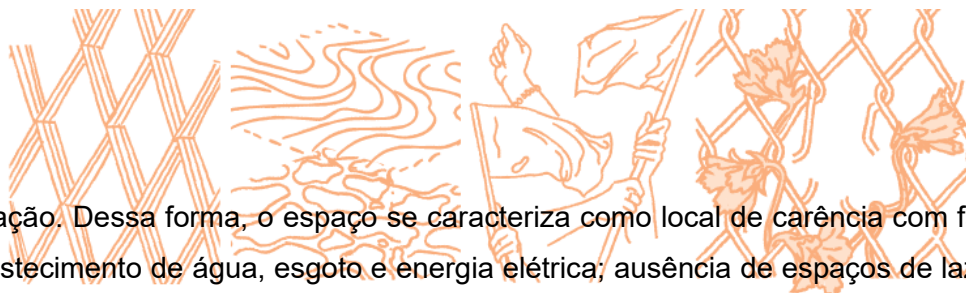
### **3. PRINCIPAIS RESULTADOS**

#### **3.1. A realidade em 2003: Cidade de Lona**

Segundo a Fundação João Pinheiro (2003), o déficit habitacional representa a diferença entre a oferta de moradias e a demanda por habitações dignas, considerando fatores como precariedade das construções, coabitação forçada e/ou custo excessivo com aluguel. Ainda, a instituição declarou que, em 2003, o déficit habitacional alagoano era de 132 mil moradias. Assim, a Cidade de Lona se configura como um espelho dessa realidade, caracterizada como a tipologia favela pela Política Nacional de Habitação (PNH) com moradias marcadas pela ocupação irregular em terrenos institucionais; falta de acesso aos serviços de água e esgoto; coabitação; precariedade das habitações e materiais construtivos; e construções em áreas de alagamento.

A Cidade de Lona data de meados dos anos 1990 e surgiu a partir da ocupação do terreno de área pública da COHAB/AL - Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas - às margens da BR-104 no bairro da Cidade Universitária. Caracterizada como um território de exclusão e desigualdades sociais, a ocupação passou por um longo processo de luta popular e deslocamentos forçados por parte do poder público, ao adotar políticas públicas inadequadas e insuficientes para as demandas e para o contexto da população. Em 2003, a favela abrigava cerca de 800 famílias em situação de extrema precariedade, como reflexo do déficit habitacional do estado e da ineficácia da política habitacional.

Segundo visitas feitas por Cavalcanti (2010) e dados oficiais, o local já em 2003 foi descrito como palco de falta de infraestrutura, insalubridade e precariedade das condições de moradia, com a maioria da população subsistindo da coleta e venda de recicláveis, com o cotidiano marcado pela



violência e discriminação. Dessa forma, o espaço se caracteriza como local de carência com falta da rede geral de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica; ausência de espaços de lazer; irregularidade do transporte público; e vulnerabilidade construtiva.

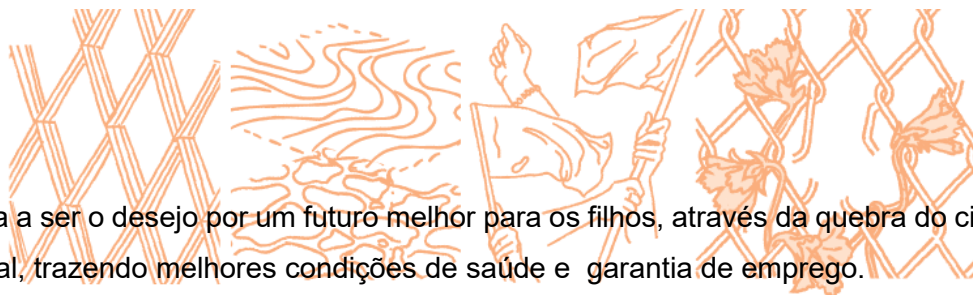
Ao mesmo tempo, em relação às histórias de vida narradas pelos moradores, o cotidiano do assentamento era marcado pelo medo do despejo; falta de acesso à saúde e educação; desemprego e precarização do trabalho; preconceito territorial - com relatos da perda de oportunidades de emprego por morarem no assentamento; ausência do Estado; fome e trabalho na infância; violência e criminalidade; gravidez na adolescência e mortalidade infantil. Em relação às perspectivas para o futuro, os pensamentos eram inseguros, mas com uma tímida e constante esperança de estabilidade e conquista da casa própria.

### 3.2. A realidade em 20 anos depois: Cidade Sorriso I

O conjunto Cidade Sorriso I pode ser reconhecido como um assentamento precário do tipo conjunto habitacional degradado, de acordo com a PNH. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012), o conjunto possui um total de 1.304 habitações e 4.758 habitantes. Além disso, a renda por domicílio era 54% do salário mínimo da época, se tratando de uma população de baixa renda. Em relação às habitações, menos de 50% das moradias tinham acesso à rede geral de água e quase todas eram atendidas pela coleta de lixo e pela companhia elétrica.

No assentamento, prevalecem domicílios de alvenaria e coberta com telhas cerâmicas, que sofreram alterações em relação ao projeto inicial, indicando necessidades não atendidas pelo projeto da casa. Os lotes são regulares e as vias pavimentadas, características que decorrem da sua condição de conjunto habitacional, apesar da usual falta de conservação dos espaços públicos e ausência de espaços de lazer.

As novas entrevistas permitiram perceber que os mesmos temas presentes em 2003, também se fazem presente em 2023, com a criminalidade e violência policial, a falta de emprego, a falta de acesso à saúde e educação, e a ausência do estado, aparecendo como principais temas. Apesar disso, nota-se nas falas que as políticas instauradas com o Governo Lula, como o Bolsa Família, trouxeram uma perspectiva de melhoria para as famílias. Em relação às perspectivas de futuro, diferente de 2003, a maior preocupação deixa de ser a conquista da casa própria, condição



já alcançada, e passa a ser o desejo por um futuro melhor para os filhos, através da quebra do ciclo de pobreza geracional, trazendo melhores condições de saúde e garantia de emprego.

#### 4. CONCLUSÃO

A análise da realidade da população no decorrer de 20 anos torna perceptível que a concessão da casa própria não se deu acompanhada de outras políticas e medidas capazes de garantir a melhoria de vida da população. Ainda, a história de luta e resistência da comunidade, marcada por recorrentes deslocamentos forçados - como o que ocorreu no início de sua formação, no qual as famílias foram realocadas para os conjuntos Santa Helena e Denisson Menezes, mas, após 5 anos, a área foi reocupada por 300 famílias - revela o descaso e a incapacidade do poder público na criação de políticas adequadas à realidade da população, condenando-a a um ciclo permanente de pobreza e negação de direitos.

Assim, torna-se evidente a negação do direito à cidade à população vulnerabilizada, condenada à exclusão social e à sobrevivência em um espaço marcado pela aflição, pela criminalidade e pelo descaso em seus diversos âmbitos socioespaciais.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Habitação – PNH**. Brasília: MDR, 23 jan. 2014 (atualizada em 30 out. 2014).

Cavalcanti, Débora. ***Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil***. 2010. Tese (PhD em Planejamento Urbano) – Departamento de Geografia, London School of Economics, Londres, 2010. pp. 127-131.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2003. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Maricato, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **Metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 14 (4), 2000, pp. 21-33.